

O martírio do presidente e a ética das instituições *Tancredo*

Mauro Santayana (*)



O sofrimento do presidente Tancredo Neves, além de unir o povo brasileiro em torno de suas idéias, serve também a um profundo exame de consciência de toda a Nação.

Vivemos, neste país, mais do que em outros, atados a preconceitos e a inibições. Algumas instituições são vistas como sagradas, como se reunissem espíritos de outra condição que não a humana, e possuísem os dons da excelsa sabedoria e celestial ética.

Uma delas é a medicina. Lidando com o insondável mistério da vida e da morte, os médicos parecem transitar em outra dimensão da realidade. Como os bruxos antigos, suscitam temor e respeito dos pobres mortais, quando qualquer um de nós, do operário ao presidente da República (não usamos o exemplo por acaso), nos entregamos às mãos do médico, fazêmo-lo com a mais desarmada das submissões. Da mesma maneira que adotamos as posturas exigidas e vencemos o pudor exibindo-lhes o nosso corpo desnudo, cumprimos invariavelmente o tratamento que nos prescrevem. Engolimos os comprimidos que nos receitam, deixamo-nos picar pelas agulhas, permitimos que nos penetrem sondas exploratórias e aceitamos, resignados, que nos cortem e nos emendem. A vontade de viver e a suposição de que tais senhores podem tirar-nos da barca de Charonte, transformam-nos em cativos de sua poderosa ciência.

Mais ainda: como a sabedoria técnica é sempre restrita, devem, a cada dia, especializar-se mais em uma só daquelas regiões de nossa mortal realidade. No passado eram médicos apenas, e os cirurgiões-barbeiros não se atreviam a grandes explorações. Limitavam-se, pelo menos no Ocidente europeu, a realizar incisões para a sangria e a arrancar um dente ou outro, enquanto não havia barbas a raspar. Com o tempo, foram, a cada dia, aprendendo o máximo sobre o mínimo, e é possível que tenham perdido a visão de conjunto. Os cirurgiões sabem manejar as lâminas, realizar delicadíssimas suturas. Os clínicos também se especializam, e já escasseiam aqueles dedicados profissionais que podiam não conhecer profundamente os caprichos das coronárias, mas compreendiam e respeitavam a alma de seus pacientes.

Assistimos, ontem, a um monólogo hermético a todos nós, mortais comuns, a propósito do estado de saúde de Tancredo. Proferiu-o o professor doutor Henrique Pinotti, diante das câmaras de TV e de jornalistas que não tiveram o direito de fazer perguntas esclarecedoras. Os médicos, sobretudo os especialistas, devem ter decifrado o enigma da Esfinge — mas os outros continuamos na mesma. A única coisa que ficou de sua exposição foi velada acusação ao paciente. O paciente não quis tratar-se a tempo e já chegou ao hospital com pertinaz infecção — o que, salvo a má tradução da linguagem, tornou difícil a sua recuperação. Por que, então, esse mesmo sorridente e altaneiro doutor Pinotti nos disse outra coisa, também pela televisão, depois de realizar a segunda intervenção cirúrgica no abdome do presidente? Por que

ele disse, naquela ocasião, que a alta ocorrência em poucos dias? Por que só agora nos falamos em necrose e perfurações do divertículo de Meckel, quando antes nos asseguravam haver-se tratado de um caso singular?

Deixando à parte todas essas questões, convém repensar a fundo a estrutura médico-hospitalar no Brasil. Os hospitais são focos terríveis de infecção, os enfermeiros ganham pouco, existem médicos, principalmente os recém-formados, que trabalham exaustos, em plantões angustiantes, e há, e não por último, as fraudes contra a Previdência Social, que enriquecem bandidos computadorizados e seus protetores. Sob a mesma razão empresarial do capitalismo que produz automóveis ou botões, os hospitais transformaram-se em gigantescas organizações, dentro da falaz economia de escala. E é bom não fa-

lar na indústria farmacêutica, outro problema que suscita idênticas indagações éticas.

Mas há outra instituição que precisa, urgentemente, refletir sobre seu papel social e seu comportamento ético: a Imprensa. Informar é seu dever e especular é seu equívoco. A busca, honesta, da informação não deve confundir-se com a agressão aos possíveis informantes. Ninguém é obrigado a dizer o que não deseja, nem mesmo em juízo, e é de elementar obrigação humana respeitar os que sofrem. A porta do Instituto do Coração, em São Paulo, transformou-se em uma singular estrada eletrônica, à margem da qual se debruçavam as janelas de todas as casas brasileiras. Para uns, era a via crucis do sofrimento. Para outros, oportuna passarela do êxito.

Nem todos os repórteres que ali estiveram atuaram

impelidos pelo desastrado afã de recolher declarações a esmo. Mas estavam todos tomados pela mesma ânsia competitiva, vinda dos editores e chefes de redação.

O jornalismo não obedece a uma razão técnica; é subordinado à razão ética. Comunicar é transmitir a verdade que interessa a uns seres humanos de outros seres humanos. Isso implica um profundo sentimento de honra e de respeito. Todas as coisas devem e podem ser ditas, mas é necessário que saibamos dizê-las. As palavras não são neutras. Como dizia Lafcardio Hearn, elas são como camaleões e trocam de cor, de acordo com a sua posição.

Ou trocam de natureza, acrescentamos nós, de acordo com o verdadeiro sentimento e intenções de quem as profere — ou as transmite.

(*) Jornalista e escritor.

E porque tais senhores se vestem de branco e batizam a anatomia de nosso corpo com misteriosas expressões latinas, constituem um mundo à parte. Poucos convivem com a pobre humanidade que deles depende. Reúnem-se em clubes fechados e dispõem de um tribunal privativo para examinar os raros deslizes de que costumam ser acusados. O velho juramento de Hipócrates é substituído pelos códigos particulares de ética que os protegem. Tal como os nobres de antanho, só podem ser julgados pelos seus pares.